



C A P Í T U L O 1

POLICIAMENTO ESCOLAR NO ESTADO DO PARÁ: ANÁLISE DE MODELOS, DESAFIOS E IMPACTOS NA SEGURANÇA E CONVIVÊNCIA EDUCACIONAL

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.680112610021>

Carla Daniele Baia de Souza

Igo André Nogueira de Oliveira Gomes

RESUMO : O presente artigo analisa o modelo de policiamento escolar no Estado do Pará, investigando suas estratégias, desafios operacionais e impactos na segurança e convivência educacional. Partindo do contexto nacional de aumento da violência em ambientes escolares, o estudo focaliza as particularidades da realidade paraense, onde a atuação policial nas escolas envolve iniciativas como a Ronda Escolar, PROERD, PMZITO e Projeto Escola Segura além de projetos locais. Por meio de uma abordagem qualitativa, combinando análise documental, dados oficiais, o artigo identifica os principais avanços e limitações desse modelo de policiamento. Entre os resultados, destacam-se a carência de recursos humanos e a necessidade de maior integração entre segurança e abordagem pedagógica. Conclui-se que, embora a presença policial contribua para a redução de incidentes graves, sua efetividade depende de políticas intersetoriais que associem prevenção à violência, promoção de direitos humanos e investimento em mediação de conflitos. O estudo sugere a ampliação de programas de formação continuada para os profissionais de segurança e a adoção de mecanismos de avaliação periódica, visando um equilíbrio entre proteção e garantia de um ambiente escolar democrático.

PALAVRAS-CHAVE: Policiamento escolar; Segurança pública; Violência nas escolas; políticas educacionais.

INTRODUÇÃO

A segurança no ambiente escolar tem se configurado como um dos desafios mais complexos para as políticas públicas contemporâneas, especialmente em regiões marcadas por altos índices de violência urbana, como o Estado do Pará. O policiamento escolar, enquanto estratégia de prevenção e mediação de conflitos, assume particular relevância neste contexto, exigindo modelos de atuação que equilibrem a garantia da segurança com a promoção de um ambiente educacional democrático e acolhedor (AGÊNCIA PARÁ).

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente os modelos de policiamento escolar implementados no Pará, identificando seus avanços, desafios operacionais e impactos na convivência escolar, com vistas a contribuir para o debate sobre políticas públicas de segurança educacional na Amazônia brasileira. Nesse sentido, a reflexão aqui apresentada busca contribuir não apenas para o campo acadêmico, mas também para a formulação de ações concretas capazes de transformar as escolas paraenses em espaços verdadeiramente seguros e inclusivos.

Partindo do pressuposto de que a violência nas escolas é um fenômeno multifacetado, influenciado por dinâmicas sociais, econômicas e territoriais específicas, a pesquisa busca compreender como as instituições policiais paraenses têm respondido a essa realidade, por meios de abordagens enfatizam a prevenção e a construção de vínculos com a comunidade escolar uma dicotomia que reflete tensões mais amplas no campo da segurança pública.

Ao articular segurança pública e direito à educação, este estudo pretende oferecer subsídios para políticas que superem abordagens meramente reativas, propondo alternativas baseadas em evidências e alinhadas aos princípios de direitos humanos.

METODOLOGIA

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa para examinar as estratégias de policiamento escolar no Estado do Pará, com base na análise de documentos oficiais e registros institucionais. A pesquisa se apoia em fontes secundárias disponibilizadas por órgãos governamentais, abrangendo o período de 2020 a 2024.

Essa abordagem mista permite não apenas mapear a estrutura operacional do policiamento escolar no Pará, mas também captar as percepções da comunidade sobre seus efeitos no cotidiano das escolas. A análise é guiada por referenciais teóricos que reconhecem o papel potencialmente positivo das instituições de segurança quando integradas a projetos pedagógicos e de cidadania.

Foram analisados diversos materiais, incluindo relatórios técnicos, boletins estatísticos, portarias normativas, notícias veiculadas em canais oficiais e painéis de monitoramento de dados. Esses documentos foram coletados junto a instituições como a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP), Secretaria de Educação (SEDUC), Ministério da Educação, além de órgãos municipais responsáveis pela gestão escolar.

O processo de investigação buscou identificar os diferentes modelos de policiamento escolar implementados no estado, os principais desafios operacionais enfrentados pelas instituições e os impactos dessas iniciativas na segurança e no clima escolar

A análise concentrou-se em programas como a Ronda Escolar e o PROERD, examinando sua estrutura, abrangência e resultados. O cruzamento dessas informações permitiu traçar um panorama crítico das políticas de segurança nas escolas paraenses, destacando tanto os avanços alcançados quanto as limitações que precisam ser superadas.

Esta abordagem metodológica possibilita uma compreensão abrangente do tema, oferecendo subsídios para a avaliação das políticas públicas e a proposição de melhorias no atendimento à comunidade escolar. A seleção criteriosa das fontes garantiu a confiabilidade dos dados analisados, enquanto o recorte temporal definido permitiu captar as transformações mais recentes nessa área.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contextualização do Policiamento Escolar no Pará

A segurança nas instituições de ensino é uma preocupação constante das autoridades públicas, especialmente diante do aumento de episódios de violência no ambiente escolar. No Estado do Pará, o policiamento escolar tem sido uma das estratégias adotadas para promover a proteção da comunidade escolar e garantir um ambiente mais seguro e propício ao aprendizado (SILVA, 2021).

Historicamente, o policiamento escolar no Pará ganhou força a partir da década de 1990, com a criação de programas voltados à prevenção da violência nas escolas. Um dos marcos importantes foi a implantação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), desenvolvido pela Polícia Militar em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação. O PROERD visa, além da prevenção ao uso de drogas, o fortalecimento de vínculos entre estudantes, educadores e policiais (BRASIL, 2020).

Outro programa relevante é a Ronda Escolar, realizada por meio de patrulhas específicas que atendem demandas das escolas públicas estaduais e municipais. A atuação desses agentes envolve visitas periódicas às unidades escolares, mediação de conflitos e, em alguns casos, intervenções diretas em situações de violência ou ameaça (PARÁ, 2022).

Segundo dados da SEGUP, nos últimos cinco anos houve uma oscilação no número de ocorrências registradas em unidades escolares, com picos de violência relacionados a fatores como aumento da evasão escolar, conflitos territoriais e vulnerabilidades sociais nos arredores das escolas. Relatórios divulgados pela própria SEGUP e pela SEDUC/PA indicam que, embora o policiamento escolar tenha contribuído para a redução de ocorrências em determinadas escolas, ainda existem desafios significativos relacionados à formação dos policiais para o ambiente escolar, integração com os profissionais da educação e efetiva implementação de políticas públicas voltadas à convivência escolar (PARÁ, 2023; PARÁ, 2022).

Além disso, o debate em torno do policiamento escolar envolve também críticas de setores da sociedade civil, que questionam a presença ostensiva de agentes de segurança em espaços educativos. Esses grupos defendem modelos de segurança mais integrados à pedagogia e baseados na cultura de paz, mediação de conflitos e participação comunitária (SILVA, 2021).

Dessa forma, o panorama atual do policiamento escolar no Pará revela uma atuação ainda marcada por iniciativas pontuais, dependente de recursos limitados e carente de uma política estadual articulada que integre segurança, educação e assistência social de forma sistemática e contínua (SILVA, 2021).

Modelos de Policiamento Escolar Adotados no Pará

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) no Pará: Prevenção Primária e Formação Cidadã

No Estado do Pará, o policiamento escolar tem se estruturado principalmente por meio de dois programas institucionais: o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e a Ronda Escolar. Esses modelos têm sido os pilares das ações preventivas e repressivas voltadas à segurança no ambiente escolar.

O PROERD é a versão brasileira do programa norte-americano D.A.R.E. (Drug Abuse Resistance Education), tendo sido implantado no Brasil no final da década de 1990 e adotado oficialmente pela Polícia Militar do Pará nos anos seguintes. O programa tem como principal objetivo atuar preventivamente contra o uso de drogas e a violência entre crianças e adolescentes, através de atividades educativas em sala

de aula, conduzidas por policiais militares devidamente capacitados para atuar no ambiente escolar (BRASIL, 2020). O PROERD foca na formação de valores, na tomada de decisões e no fortalecimento dos vínculos entre a escola, a comunidade e os agentes de segurança pública, sendo bem aceito por grande parte da comunidade escolar, especialmente no ensino fundamental.

O PROERD, no Estado do Pará, é executado pela Polícia Militar Estadual, constitui uma das mais consolidadas estratégias de prevenção primária à violência e ao uso de substâncias psicoativas no ambiente escolar. Vinculado diretamente à Polícia Militar, o programa tem como base metodológica o modelo norte-americano *Drug Abuse Resistance Education* (D.A.R.E.), desenvolvido nos Estados Unidos na década de 1980 e adaptado ao contexto brasileiro. No Pará, sua implementação ocorreu inicialmente no município de Barcarena em 2003, expandindo-se posteriormente para outras regiões do estado, como Conceição do Araguaia e Augusto Corrêa (PARÁ, 2023c).

A ação pedagógica do PROERD se destaca por empregar policiais instrutores capacitados, que atuam diretamente em escolas da rede pública e privada, oferecendo instruções voltadas à promoção de escolhas seguras, conscientes e responsáveis entre crianças e adolescentes. Com uma abordagem pautada na interação entre Escola, Polícia e Família, o programa visa estabelecer um vínculo de confiança entre a corporação policial e a comunidade escolar, reforçando o papel da Polícia Militar como agente preventivo e formador de cidadania (SEGUP, 2023).

Nos últimos anos, o PROERD continuou ampliando seu alcance no Estado do Pará e em outras unidades federativas. Em 2025, o programa formou mais de 18 000 alunos no primeiro semestre e estimou cerca de 15 000 formaturas adicionais no segundo semestre, refletindo sua presença em todas as regiões do estado e a consolidação da parceria entre Polícia Militar, escolas e famílias. Ao longo de sua atuação, o PROERD já beneficiou mais de 500 000 crianças e adolescentes no Pará, reforçando ações de prevenção às drogas e à violência e promovendo uma cultura de paz no ambiente escolar. Dados nacionais também demonstram que o programa segue ativo e impactante em diversas unidades federativas, com milhares de estudantes formados a cada ano e um histórico acumulado de milhões de atendimentos em todo o país (PMPA, 2025).

Institucionalizado pela Portaria nº 0315/2011 da PMPA como atividade-fim da corporação, o PROERD representa um compromisso contínuo com a educação para a paz, o fortalecimento de valores sociais e a promoção do protagonismo juvenil.

Sua integração com outras iniciativas, como o “Escola Segura”, contribui para a formação de uma rede articulada de proteção escolar, reforçando o papel da prevenção na política de segurança pública do Pará.

Além desse importante programa, algumas iniciativas locais surgem de forma pontual, geralmente por meio de projetos integrados entre escolas, conselhos tutelares e órgãos municipais, mas ainda carecem de institucionalização e financiamento adequado. De modo geral, os modelos de policiamento escolar no Pará têm se pautado mais pela prevenção e presença simbólica da polícia nas escolas, com poucos investimentos em políticas de longo prazo voltadas à mediação de conflitos e à promoção de uma cultura de paz (PARÁ, 2023).

Ronda Escolar: A Evolução do Policiamento Escolar no Pará — Da (CIPOE) ao Batalhão de Polícia Escolar (BPOE).

A segurança no ambiente escolar tem sido uma prioridade crescente no Estado do Pará, especialmente diante dos desafios contemporâneos relacionados à violência, ao tráfico de entorpecentes e à vulnerabilidade de crianças e adolescentes nas instituições de ensino. Nesse contexto, o policiamento escolar, enquanto modalidade especializada de atuação da Polícia Militar, tem se consolidado como ferramenta estratégica de prevenção e fortalecimento da cidadania (PARÁ, 2023).

Inicialmente instituído como Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE), o policiamento escolar foi implantado oficialmente em 20 de fevereiro de

1989, sob a denominação “SOS Escola”. A formalização da CIPOE se deu por meio da Portaria nº 21, de 28 de fevereiro de 1991, posteriormente convertida no Decreto-lei nº 131, de 13 de março do mesmo ano. À época, 66 policiais militares passaram a atuar em 11 escolas consideradas de alto risco, conforme dados da SEDUC. Os resultados foram significativos, com redução de 90,91% nas ocorrências, o que possibilitou a expansão do programa para dezenas de outras unidades de ensino. Atualmente, o policiamento escolar atende a 370 escolas estaduais e 340 municipais (PARÁ, 2023).

Com o passar dos anos, tornou-se evidente a necessidade de ampliação da estrutura e da capacidade operacional. Assim, foi instituído o Batalhão de Polícia Escolar (BPOE) por meio da Lei Complementar nº 165, de 28 de abril de 2023, em substituição à antiga CIPOE. O BPOE representa uma evolução da doutrina de policiamento escolar, consolidando-se como unidade especializada de caráter preventivo, educativo e comunitário. Sua padronização técnica encontra-se descrita no Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar, publicado no aditamento ao Boletim Geral nº 074-II, de 17 de abril de 2024 (PARÁ, 2023).

O BPOE atua em parceria com a SEDUC, Polícia Civil e outras instituições, realizando rondas escolares, operações preventivas, palestras educativas e atendimento a ocorrências nas unidades de ensino. O trabalho é centrado no fortalecimento do vínculo entre a Polícia Militar, a comunidade escolar e as famílias, criando uma

rede de proteção que valoriza a presença policial como promotora de segurança e cidadania (PARÁ, 2023).

Dentre as ações estratégicas do BPOE, destaca-se a 1ª Capacitação Policial Militar em Proteção Escolar, que formou 5.840 policiais militares em dois ciclos de qualificação. Esta formação especializada é essencial para garantir a atuação adequada no ambiente escolar, respeitando suas particularidades pedagógicas e sociais (PARÁ, 2023).

Durante a solenidade de apresentação do balanço institucional, realizada em maio de 2025, o comandante do BPOE, Tenente-Coronel QOPM Jailson Vaz, destacou os avanços obtidos e reafirmou o compromisso com a segurança escolar. Na ocasião, foram entregues a Láurea de Mérito Pessoal e a Medalha Tiradentes aos integrantes da unidade, em reconhecimento aos serviços prestados (PARÁ, 2023).

A cerimônia também contou com uma simbólica entrega de mudas de plantas, cultivadas em vasos pintados por alunos da Creche Escola UEI Terra Firme, representando o compromisso do Batalhão com a educação ambiental, a responsabilidade social e os valores institucionais da corporação (PARÁ, 2023). O evento foi presidido pelo Coronel QOPM Getúlio Cândido Rocha Júnior, Chefe do Departamento Geral de Operações (DGO), que ressaltou o papel estratégico do BPOE na mobilização comunitária e na construção de uma cultura de paz nas escolas paraenses (PARÁ, 2023).

A atuação do Batalhão de Policiamento Escolar da Polícia Militar também tem se intensificado, especialmente em períodos como o início do ano letivo, quando são desencadeadas operações específicas para reforçar a segurança no entorno das escolas. Essas ações são planejadas com base em mapeamentos de risco e estatísticas de ocorrências, priorizando regiões mais vulneráveis, como Belém e Região Metropolitana (PMPA, 2025).

A experiência paraense evidencia que o policiamento escolar, quando estruturado sob uma lógica preventiva, educativa e integrada, pode contribuir efetivamente para a melhoria do ambiente escolar. Contudo, os resultados positivos dependem da continuidade de investimentos em formação dos profissionais, ampliação do efetivo qualificado, uso de tecnologias e, sobretudo, da articulação entre educação, segurança pública e rede de proteção social. Nesse sentido, o programa Escola Segura representa um passo importante para a consolidação de uma política pública de segurança escolar, pautada na proteção integral de crianças e adolescentes.

Em suma, o Batalhão de Polícia Escolar representa um marco na política de segurança pública do Pará, ao integrar prevenção, educação e proximidade comunitária. Sua atuação tem demonstrado resultados positivos na redução

da violência escolar e na promoção de um ambiente educacional mais seguro, reafirmando a premissa de que segurança e educação devem caminhar juntas (PARÁ, 2023).

O Programa Escola Segura: Fortalecimento da Prevenção e Promoção do Bem-Estar Escolar no Pará

O enfrentamento da violência no ambiente escolar no Estado do Pará tem ganhado novas estratégias a partir da articulação entre as áreas de segurança pública e educação. Uma das ações mais recentes e estruturadas é o Programa “Escola Segura”, instituído pelo Governo do Estado por meio da cooperação entre a SEGUP e a SEDUC. O programa foi sancionado oficialmente em maio de 2023 e visa consolidar uma política de segurança escolar com foco em ações preventivas e no fortalecimento do bem-estar da comunidade educativa (PARÁ, 2023a).

Atualmente, mais de 280 escolas da rede pública estadual contam com policiamento por meio do programa, que se destaca pelo seu caráter sistemático e estruturado. Aproximadamente 1.200 policiais militares estão alocados para atuar diariamente em escolas de maior vulnerabilidade, com presença fixa em turnos escolares e atuação direta com estudantes, professores, gestores e familiares. Além das atividades de patrulhamento, os agentes realizam palestras educativas e visitas comunitárias, promovendo a integração entre segurança pública e práticas pedagógicas (PARÁ, 2023a; PARÁ, 2023b).

Uma das principais inovações do programa é o Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escolar (NUSPE), coordenado pela SEDUC, que conta com 14 oficiais da Polícia Militar, dos quais 11 estão distribuídos nas Diretorias Regionais de Ensino (DREs). O núcleo é responsável pelo monitoramento das ocorrências, planejamento de intervenções e definição de protocolos para situações rotineiras e de crise nas unidades escolares. Essa organização favorece uma atuação articulada entre diferentes regiões do estado, possibilitando respostas mais rápidas e eficazes às demandas escolares (PARÁ, 2023a).

A participação efetiva de policiais no cotidiano escolar teve início em abril de 2023, com rondas internas realizadas por pelo menos dois agentes por turno. Essa presença policial constante tem gerado respostas positivas na comunidade escolar. Pais, estudantes e professores relatam maior sensação de segurança e redução de episódios de violência, como observado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nagib Coelho, em Ananindeua (PARÁ, 2023b).

Além da presença policial, o programa incorpora recursos tecnológicos e apoio psicossocial como eixos estruturantes. O aplicativo “Alerta Pará Escola” foi desenvolvido para agilizar respostas em situações emergenciais. Ademais, o programa

prevê a contratação de mais de 300 psicólogos e assistentes sociais, configurando o maior suporte psicológico proporcional entre as unidades federativas brasileiras. Esses profissionais atuam tanto no acompanhamento dos estudantes quanto no planejamento pedagógico, com formação específica voltada à justiça restaurativa, prevenção à violência de gênero, educação antirracista e promoção da cidadania (PARÁ, 2023a; PARÁ, 2023b).

Durante o lançamento oficial do programa, o governador Helder Barbalho destacou a importância da atuação conjunta entre escola, família e Estado na identificação precoce de comportamentos preocupantes entre estudantes, bem como a necessidade de responsabilização de atores que promovem desinformação ou incitação à violência nas redes sociais. Segundo o governador, trata-se de um desafio coletivo que exige políticas integradas, formação continuada e legislação atualizada (PARÁ, 2023b).

A proposta do “Programa Escola Segura” representa um avanço significativo em relação aos modelos anteriores, ao propor uma segurança escolar baseada em estratégias preventivas, com atenção à saúde mental e à convivência. Sua efetividade, contudo, dependerá de sua continuidade, de avaliações sistemáticas e do engajamento permanente das redes interinstitucionais envolvidas.

Programa PMZITO, alternativa estratégica à Segurança Pública

Com o objetivo de desenvolver o diálogo entre jovens e adolescentes, voltado à prevenção da violência e da criminalidade, assim como ao fortalecimento de valores essenciais à formação de cidadãos responsáveis e conscientes de que o bem-estar social é responsabilidade de todos, foi criado, em fevereiro de 2018, o Programa PMZITO. A iniciativa institucionaliza e regula os projetos sociais de caráter preventivo no âmbito da Polícia Militar do Estado do Pará (PARÁ, 2023).

O programa recebe projetos institucionais da Polícia Militar que buscam mitigar problemas sociais que, se não tratados preventivamente, podem se tornar vetores de insegurança, como o uso de drogas, a violência no trânsito e a violência doméstica. Dessa forma, a Corporação oferece uma alternativa estratégica no que diz respeito à ordem pública e ao enfrentamento da criminalidade, por meio de ações sociais baseadas na educação, na prevenção e na conscientização de diversos segmentos da população em situação de vulnerabilidade, reforçando a responsabilidade coletiva na construção de uma sociedade mais justa e igualitária (PARÁ, 2023).

Essa estratégia educativa de mudança comportamental é conduzida por policiais militares capacitados no curso de monitores PMZITO, os quais atuam de forma pedagógica junto às crianças e adolescentes, promovendo ensinamentos sobre

cidadania, valores cívicos, éticos e morais, direitos humanos, prevenção ao uso de drogas, noções básicas de primeiros socorros, prevenção de acidentes domésticos, educação no trânsito e educação ambiental, entre outros temas relevantes para o desenvolvimento humano e social (PARÁ, 2023).

Diferente das práticas tradicionais de policiamento, centradas em ações repressivas e coercitivas, o PMZITO propõe uma reconfiguração do papel da polícia na sociedade, ao investir na formação cidadã desde a infância. Esse modelo de atuação contribui para a criação de vínculos positivos entre a instituição e as comunidades atendidas, promovendo uma cultura de paz e a ressignificação da imagem da Polícia Militar perante a sociedade (PARÁ, 2023).

Como exemplo da atuação do PMZITO, destaca-se o projeto social desenvolvido pelo 8º Batalhão da Polícia Militar (8º BPM), no município de Soure, localizado na parte ocidental do arquipélago do Marajó. A iniciativa teve como foco crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, especialmente em relação ao consumo de substâncias entorpecentes, considerando-se a intensa movimentação do tráfico de drogas fluviais na região. O projeto visa à redução do número de menores atendidos em situação de vulnerabilidade, da quantidade de apreensões de menores infratores, além do fortalecimento dos laços familiares e da promoção de valores cívicos, morais e éticos, contribuindo para a formação cidadã desses jovens (PMPA, 2022).

A adoção do PMZITO como política pública preventiva reflete o propósito constitucional da Polícia Militar, cuja função precípua é o policiamento ostensivo com foco na preservação da ordem pública. Nesse sentido, o programa amplia a atuação policial para além da repressão, promovendo um modelo de segurança pública integrado à educação, à proteção social e ao desenvolvimento comunitário (PARÁ, 2023).

O fortalecimento do PMZITO como alternativa estratégica requer investimentos contínuos em formação policial, infraestrutura adequada, articulação com políticas públicas e apoio institucional. Seu êxito, como demonstrado pelas experiências práticas, reside na capacidade de gerar impactos sociais positivos e duradouros, ao tratar preventivamente os fatores que alimentam a violência e a exclusão.

Programa de Supervisão Militar: Instrumento estratégico para a educação e formação cidadã de estudantes no Pará.

O Programa de Supervisão Militar Educacional (PSUME) constitui-se como uma política pública estratégica do Governo do Estado do Pará, implementada por meio da Polícia Militar do Pará (PMPA), em cooperação com a SEDUC e as prefeituras municipais. Seu propósito é fortalecer a segurança nas escolas e contribuir para o desenvolvimento educacional e social dos alunos.

Além de promover a segurança no ambiente escolar, tanto interna quanto externamente, os policiais militares vinculados ao PSUME também realizam atividades pedagógicas, como palestras educativas, oficinas formativas e exercícios físicos voltados à comunidade escolar. No momento, o programa está presente em nove escolas distribuídas em nove municípios paraenses (Belém, Abaetetuba, Tailândia, Breu Branco, Tucuruí Marabá, Altamira e Novo Repartimento).

De acordo com o Tenente-Coronel José Palheta, Coordenador-geral do PSUME, “o diferencial do programa reside na atuação direta da Polícia Militar com os alunos e suas famílias na construção de valores e da disciplina consciente. Essa atuação impacta positivamente o desempenho escolar, contribui para a organização do projeto de vida dos estudantes e estimula mudanças comportamentais, promovendo maior senso de responsabilidade e um novo olhar sobre a importância dos estudos” (PARÁ,2023).

O PSUME fundamenta-se em três eixos principais: a família, a escola e o projeto de vida dos alunos. O foco está na prevenção da violência e da criminalidade por meio da valorização da cultura de paz, da cidadania e dos direitos humanos. Municípios como Parauapebas, Breves e Marituba já se encontram em fase de tramitação para futura adesão ao programa (PARÁ,2023).

Os militares que atuam no PSUME são previamente capacitados por meio do Curso de Supervisão Militar, que aborda conteúdos pedagógicos, técnicas de abordagem e comunicação com crianças e adolescentes, bem como o estudo das legislações pertinentes à infância e juventude. Ressalta-se que as escolas contempladas não são de natureza militar, mas passam a adotar práticas previstas no programa.

O programa disponibiliza um aplicativo “SUME PMPA”, voltado ao fortalecimento do vínculo entre a família e a escola. A plataforma permite que os responsáveis acompanhem, em tempo real, informações sobre frequência, desempenho acadêmico e comportamento dos alunos, além de receberem comunicados e avisos institucionais. A ferramenta visa garantir maior transparência, segurança e participação familiar na rotina escolar.

“Nosso objetivo é aproximar cada vez mais as famílias do ambiente escolar, pois elas são fundamentais na construção dos valores que os alunos carregam e multiplicam em suas comunidades. Os policiais, ao se tornarem referências positivas, colaboram para a formação de cidadãos conscientes e para a construção de um futuro mais promissor”, conclui o Tenente-Coronel José Palheta (PMPA,2023).

O Manual de Ações Policiais em Ambiente Escolar (MAPE): Fundamentação, Prevenção e Reatividade.

A Polícia Militar do Estado do Pará, em consonância com a proposta do Governo Estadual, elaborou e apresentou o Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar (MAPE), com o objetivo de estruturar e orientar a atuação dos agentes de segurança pública no contexto educacional. O documento apresenta embasamento teórico e jurídico às ações desenvolvidas pelas forças de segurança, promovendo um serviço qualificado e adaptado às necessidades da comunidade escolar. Dessa forma, busca-se alinhar a atuação policial aos princípios que regem a convivência e a proteção no ambiente educacional em todo o território paraense (PMPA,2024).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, estabelece que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Essa diretriz embasa a atuação das instituições de segurança como políticas públicas complexas, que ultrapassam a repressão imediata e adotam estratégias articuladas e preventivas (PMPA,2024).

No âmbito escolar, essa perspectiva exige o reconhecimento das causas potenciais de violência, permitindo a formulação de estratégias que assegurem a integridade física, emocional e social dos membros da comunidade escolar. A prevenção, nesse contexto, demanda a construção de medidas planejadas e sistematizadas, que considerem as realidades sociais e culturais dos sujeitos envolvidos (PMPA,2024).

É imperativo compreender que a violência nas escolas não deve ser abordada apenas sob uma ótica estatística ou repressiva. Torna-se necessário um olhar ampliado, que integre a análise do contexto familiar, das dinâmicas sociais e dos vínculos comunitários que impactam o comportamento dos discentes. A participação da família, portanto, assume papel crucial na formação de atitudes voltadas à convivência harmoniosa e à construção de valores como respeito, solidariedade, empatia e resiliência (PMPA,2024).

Nesse sentido, ações integradas entre a Polícia Militar e a comunidade escolar são fundamentais. Conforme Balestreri (1998, p. 8), há uma “dimensão pedagógica do agir policial, como pedagogo da cidadania”, que confere ao agente de segurança um papel educativo na prevenção à violência. Para tanto, faz-se necessária a capacitação constante dos profissionais de segurança pública, uma vez que o contexto escolar apresenta desafios específicos e dinâmicos que exigem preparação técnico-humanística.

O MAPE sistematiza programas, projetos e ações voltadas à prevenção de conflitos, da violência e da criminalidade no ambiente escolar. As iniciativas abrangem

desde intervenções diretas até orientações sobre práticas que podem ser adotadas pela própria instituição de ensino, incentivando a construção de uma cultura de paz e de corresponsabilidade. O manual apresenta os principais tipos de ocorrências identificadas no contexto escolar, indicando a tipificação jurídica dos delitos mais frequentes, os procedimentos operacionais recomendados para o adequado manejo dessas situações, bem como as orientações para as ações pós-ocorrência. O objetivo é colaborar com a estabilização do ambiente educacional e com a reconstrução de um clima institucional propício ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem (PMPA,2024).

Além disso, o manual fornece diretrizes para o enfrentamento de eventos críticos, compreendidos como ocorrências policiais de elevada complexidade que exigem respostas operacionais específicas, com o emprego de equipamentos adequados e atuação de profissionais devidamente capacitados. Segundo a doutrina de Gerenciamento de Crises, essas respostas devem priorizar a preservação de vidas, a aplicação da lei e o restabelecimento da ordem pública. No ambiente escolar, os Causadores de Evento Crítico (CEC) podem assumir diferentes perfis: criminoso comum, pessoa em crise emocional, indivíduo com transtorno mental e terrorista ou extremista. O reconhecimento desses perfis é fundamental para a definição de estratégias de intervenção, sobretudo nos critérios de negociação, considerando a diversidade de reações que cada tipo pode apresentar. Os policiais militares que atuam inicialmente na ocorrência são denominados Primeiros Interventores, devendo adotar medidas como a contenção da situação, o isolamento do CEC, a estabilização do ambiente e o início do contato verbal. Este capítulo apresenta as principais modalidades de eventos críticos no contexto escolar e propõe diretrizes para o atendimento imediato e o acompanhamento posterior. Considerando que os eventos críticos podem assumir diferentes formas, recomenda-se a consulta ao Manual de Gerenciamento de Crises da PMPA para aprofundamento da temática (PMPA,2024).

O MAPE também contempla o Projeto de Segurança Escolar, uma iniciativa da PMPA voltada à prevenção da violência e da criminalidade nas escolas, por meio de ações integradas e diagnósticos situacionais realizados em parceria com a comunidade escolar. Estruturado com base na metodologia de gestão pela qualidade – o Ciclo PDCA (Planejar, Desenvolver, Checar e Avaliar) – o projeto é desenvolvido em quatro etapas operacionais.

Na etapa “Planejamento”, realiza-se a Avaliação Inicial de Segurança Escolar para definir o Indicador de Segurança Escolar (ISE), com base em critérios como procedimentos, estrutura física, equipamentos disponíveis, documentos normativos, estratégias de prevenção e controle de dados. A partir dessa análise, são estabelecidos os níveis de segurança e firmado um Termo de Compromisso entre a unidade escolar

e a PMPA. Em seguida, são desenvolvidas subetapas como a sensibilização do corpo docente, a aplicação de pesquisa com os discentes sobre segurança, a análise de problemas priorizados com uso do diagrama de Ishikawa e a construção de um plano de ações (PMPA,2024).

Na fase “Desenvolver”, as ações planejadas são implementadas conforme o cronograma previsto, envolvendo adaptações estruturais, capacitação de profissionais e execução de atividades educativas. Na etapa “Checar”, a equipe policial realiza visitas técnicas para acompanhar o desenvolvimento das ações e verificar o alinhamento entre o previsto e o executado, possibilitando ajustes necessários ao planejamento operacional. Por fim, na fase “Avaliar”, é analisada a efetividade das ações a partir de uma nova medição do ISE. Essa avaliação é periódica e contínua, assegurando a retroalimentação do ciclo de planejamento e o aprimoramento constante das estratégias de segurança escolar, fortalecendo a atuação integrada entre PMPA e comunidade educativa (PMPA,2024).

Impactos e Resultados do Policiamento Escolar no Pará

No contexto da segurança pública voltada à educação, o estado do Pará tem implementado, nos últimos anos, políticas de policiamento escolar com o objetivo de garantir a integridade física e emocional da comunidade escolar, prevenir situações de violência e fortalecer a cultura de paz nas instituições de ensino. Dentre essas iniciativas, destaca-se o programa Escola Segura, criado em 2023, por meio de uma articulação entre a SEGUP e a SEDUC com apoio da Polícia Militar do Pará.

O programa estrutura-se com a presença direta de policiais militares em escolas estratégicas do estado, promovendo ações de prevenção à violência, orientação a estudantes, mediação de conflitos e construção de um ambiente escolar mais seguro. De acordo com informações divulgadas pela Agência Pará, mais de 280 escolas já contam com policiamento fixo, com cerca de 1.200 policiais atuando nas unidades. Essas ações são coordenadas pelo Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escolar (NUSPE), responsável pelo planejamento, monitoramento e execução das diretrizes de atuação policial no ambiente educacional (AGÊNCIA PARÁ, 2023).

Entre os resultados observados, gestores escolares relatam melhorias significativas no clima escolar. A diretora da Escola Estadual Professor Nagib Coelho Matni, por exemplo, apontou que a presença policial reduziu brigas entre estudantes e aumentou a sensação de segurança dentro da unidade. Esse impacto positivo também é favorecido por ações integradas com profissionais da SEDUC, como psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, que atuam na prevenção da violência e na promoção da convivência escolar. A formação desses profissionais tem sido qualificada com

temas como justiça restaurativa, educação antirracista e enfrentamento à violência de gênero, fortalecendo a atuação da rede de proteção (AGÊNCIA PARÁ, 2025).

Outro destaque é a adoção de tecnologias de apoio, como o aplicativo “Alerta Pará Escola”, que permite à comunidade escolar acionar emergencialmente os órgãos de segurança em situações de risco. A ferramenta foi desenvolvida para agilizar a resposta institucional a ocorrências escolares, integrando comunicação entre escolas e forças policiais (PMPA, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que o modelo de policiamento escolar implementado no Estado do Pará se configura como uma estratégia relevante para a promoção da segurança em ambientes educacionais, especialmente em um contexto marcado por desigualdades socioeconômicas e elevados índices de violência. A partir da análise qualitativa de documentos oficiais e dados institucionais, foi possível identificar tanto os avanços quanto os desafios que ainda permeiam essa política pública.

Entre os principais achados, destaca-se a contribuição de programas como a Ronda Escolar, o PROERD, o PMZITO, o PSUME e o Projeto Escola Segura na redução de ocorrências graves no ambiente escolar, além do fortalecimento do vínculo entre a Polícia Militar e a comunidade educativa. No entanto, persistem limitações significativas, como a insuficiência de efetivo policial capacitado, a carência de formação continuada voltada à abordagem pedagógica e cidadã, e a ausência de mecanismos sistemáticos de avaliação das ações desenvolvidas.

Observou-se, positivamente a articulação entre os setores da segurança pública e da educação, garantindo que as ações policiais nas escolas não se restrinjam à lógica da repressão, mas sejam pautadas na prevenção, no diálogo e na construção de uma cultura de paz. A efetividade do policiamento escolar, nesse sentido, depende de sua integração com políticas educacionais que promovam os direitos humanos, a equidade e a inclusão social.

Diante desse panorama, recomenda-se a ampliação dos investimentos em formação continuada para os agentes de segurança envolvidos no contexto escolar, com foco em temas como mediação de conflitos, abordagem pedagógica, direitos humanos, cidadania, meio ambiente, empatia e diversidade.

Além disso, é fundamental expandir a cobertura dos programas de policiamento escolar para os municípios do interior do Estado, que, em muitos casos, ainda não são contemplados por essas iniciativas. A ausência do policiamento especializado nessas localidades agrava a vulnerabilidade das escolas diante da violência e reforça

desigualdades históricas no acesso à proteção pública. A interiorização das ações exige investimentos logísticos, formação de efetivo local e articulação com os gestores educacionais da região, de modo a adaptar as estratégias às realidades territoriais específicas.

Sugere-se, ainda, a implementação de instrumentos de monitoramento e avaliação periódica das ações de policiamento escolar, com a participação ativa de gestores, professores, alunos, familiares e conselhos escolares, garantindo maior transparência, efetividade e legitimidade social. Esses mecanismos devem permitir a revisão contínua das práticas adotadas, a identificação de fragilidades e o fortalecimento de uma política de segurança escolar mais integrada, equitativa e sensível às particularidades do território paraense.

Conclui-se, fundamentalmente a importância de que futuras pesquisas aprofundem a análise sobre os impactos do policiamento escolar na dinâmica educacional, especialmente em regiões periféricas e em municípios do interior, onde a presença do Estado é historicamente fragilizada. A consolidação de um modelo de segurança educacional eficaz e democrático passa, necessariamente, pela produção de conhecimento interdisciplinar e pelo fortalecimento do diálogo entre os diferentes atores sociais envolvidos.

REFERÊNCIAS

ABAETETUBA. Prefeitura Municipal de Abaetetuba. PROERD forma estudantes como multiplicadores da cultura de paz. Abaetetuba: Prefeitura Municipal, 2025. Disponível em: <<https://abaetetuba.pa.gov.br>>. Acesso em: 4 fev. 2026.

ABREU, Giovanna. Programa de Supervisão Militar é estratégico para educação e desenvolvimento de alunos no Pará. Secretaria de Estado de Educação do Pará, Belém, 26 mar. 2025. Disponível em: <https://www.seduc.pa.gov.br/noticia/13787programa-de-supervisao-militar-e-estrategico-para-educacao-e-desenvolvimento-de-alunos-no-para>. Acesso em: 28 maio 2025.

AGÊNCIA PARÁ. Programa 'Escola Segura' fortalece prevenção à violência e reforça o bem-estar dos alunos. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/47935/programa-escola-segura-fortaleceprevencao-a-violencia-e-reforca-o-bem-estar-dos-alunos>. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD. Brasília: MJSP, 2020.

OLIVEIRA, Bruno. Conheça um pouco sobre a Companhia Independente de Polícia Escolar (CIPOE). Polícia Militar do Estado do Pará, 03 abr. 2023. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/component/content/article/80-blog/news/4297-conhecaum-pouco-sobre-a-companhia-independente-de-policia-escolarcipoe.html?Itemid=904>. Acesso em: 13 maio 2025.

PARÁ. Governo do Estado. Batalhão de Policiamento Escolar da PM do Pará comemora 2 anos de atuação em Belém. Agência Pará, Belém, 10 maio 2025. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/66823/batalhao-de-policiamentoescolar-da-pm-do-para-comemora-2-anos-de-atuacao-em-belem>. Acesso em: 13 maio 2025.

PARÁ. Governo do Estado. Escolas paraenses já contam com ronda policial durante o horário escolar. Belém: Agência Pará, 17 abr. 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/40933>. Acesso em: 10 maio 2025.

PARÁ. Governo do Estado. Programa “Escola Segura” fortalece prevenção à violência e reforça o bem-estar dos alunos. Belém: Agência Pará, 05 out. 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/41945>. Acesso em: 10 maio 2025.

PARÁ. Governo do Estado. Proerd comemora 20 anos no Pará com atendimento a mais de 400 mil crianças e adolescentes. Belém: Agência Pará, 18 set. 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/41594>. Acesso em: 10 maio 2025.

PARÁ. Polícia Militar. Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar – MAPE. Belém: PMPA, 2024.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Plano de ação integrada para segurança nas escolas estaduais. Belém: SEDUC, 2022.

PARÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). Relatório estatístico de ocorrências em unidades escolares. Belém: SEGUP, 2023.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. Operação Volta às Aulas: Batalhão de Policiamento Escolar reforça segurança em mais de 60 escolas em Belém e região. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/component/content/article/80blog/news/7100-operacao-volta-as-aulas-batalhao-de-policiamento-escolar-reforcaseguranca-em-mais-de-60-escolas-em-belem-e-regiao.html>. Acesso em: 28 maio 2025.

SILVA, João Carlos da. Violência nas escolas e políticas de segurança pública no Pará. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 42, n. 155, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/esci>. Acesso em: 10 maio 2025.